



Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1374 de 27/3/17

Livro nº 04 Flª 26/27

ASS [assinatura]

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
PLENÁRIO JAULDO GOMES BALTHAZAR

AUTÓGRAFO

PROJETO DE LEI Nº 009 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

APROVADO

Em 1ª Votação

Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 23/3/17

APROVADO

Em 2ª Votação

Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 24/3/17

Dispõe sobre a criação do Conselho

Municipal de Segurança Pública no âmbito do

Município de Engenheiro Paulo de Frontin.

Autor: Júlio Cesar da Silva Sereno

A Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, por seus representantes legais com fulcro no art. 14 da Lei Orgânica Municipal e Art. 46, I do Regimento Interno Cameral, delibera sobre o que segue.

Projeto de Lei Municipal:

Art. 1º Esta Lei tem como objeto a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin.

Art. 2º São objetivos do Conselho Municipal de Segurança Pública:

- I- Planejar a ação comunitária de segurança e avaliar seus resultados;
- II- Integrar a população e as polícias no combate as causas de criminalidade e violência no município;
- III- Desenvolver campanhas educativas visando orientar a população sobre condições e formas de segurança.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar.

Autor: Júlio Cesar da Silva Sereno

APROVADO

Em 1ª Votação
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 23/11

APROVADO

Em 2ª Votação
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 24/3/12

JUSTIFICATIVA:

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1374 de 02 / 3 / 12

Livro nº 04 Flª 26/27

ASS APL

O Conselho Municipal de Segurança Pública é um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento na propositura de ações de políticas públicas e, tem por finalidade, discutir, analisar, planejar e acompanhar a solução dos problemas de segurança no Município de Engenheiro Paulo de Frontin, desenvolver campanhas educativas e buscar a integração e a cooperação entre as autoridades locais voltados à segurança pública.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PLO 009/2017

Ementa: Projeto de Lei nº 009/2017, que versa sobre a criação do conselho municipal de segurança pública no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin, e da outras providências.

O Presidente de Legislação Justiça e Redação Final, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPPF, apresenta as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei N°009/2017, de autoria do vereador Júlio Cesar da Silva Sereno, que versa sobre a criação do conselho de segurança pública no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin, e da outras providências.

Mérito


Quanto ao mérito, diante do que consta do projeto de Lei, à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente.

A criação do Conselho Municipal de Segurança Pública é de extrema importância, pois o problema da segurança pública não é afeto apenas a atividade policial, pois atualmente a prioridade das ações policiais, são as prisões de criminosos através de caráter repressivo. É preciso o Estado reconhecer que deve implementar políticas preventivas no combate a violência respeitando os direitos humanos, aplicando boas práticas de educação e de cidadania, a participação popular na elaboração das políticas públicas, aprimorar o policiamento comunitário e políticas para grupos vulneráveis. O direito à segurança pública está previsto no art. 144 da C.F.

O aspecto redacional não apresenta dualidade ou dificuldades em sua interpretação, não sendo constatada nenhuma falha, omissão ou obscuridade. Ante o exposto, opinamos no sentido de aprovação da matéria por esta comissão.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o VOTO. Aos demais pares das Comissões.
Plenário da Câmara, 20/03/2017.


Alex Papa Alves
Presidente

PL 003/2017


Jeferson Adriano Gomes Moreira
Membro


Rosângela de Carvalho Passos Goda
Membro



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Andamento Processual

Processo nº CM 1374 Data 07/3/2017
Origem VER. JULIO CESAR Processo nº 1374
Assunto criação do Cons. Mun. de Segurança
Prazo NORMAL Termino do Prazo _____

Despacho

Da Secretaria da Câmara para PRESIDENCIA Data: 07 / 3 / 17
Rubrica: [assinatura]

Recebido pela Mesa em ____ / ____ / ____

Da Mesa para: _____ Em: ____ / ____ / ____

Recebido pela Comissão em ____ / ____ / ____ Rubrica: _____

Convocada reunião da Comissão para: ____ / ____ / ____ às ____ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: 23/03/2017

Da tramitação em Plenário:

Andamento do Processo

16/03/2017. Encaminhado para comissão: CLTRF

Aprovado em 1º votação em 23/03

27/03 - aprovado em 2º votação - unanimidade